

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL.....	19
1.1 O Direito de Punir (jus puniendi) (latim: jus = direito; puniendi: punição).....	19
1.2 A lide penal.....	19
1.3 Conceito de processo.....	20
1.4 Natureza jurídica do Direito Processual Penal.....	21
1.4.1 Relação com as demais ciências.....	22
1.5 Conteúdo e conceito do Direito Processual Penal.....	23
1.6 Autonomia do Direito Processual Penal.....	24
1.7 Fontes das normas processuais penais.....	24
1.8 Aplicação e interpretação da lei processual penal.....	29
1.8.1 Integração do processo penal.....	29
1.8.1.1 Analogia.....	29
1.8.2 Hermenêutica processual penal.....	30
1.8.3 Modalidades (formas) de interpretação.....	31
1.8.3.1 Interpretação penal quanto ao sujeito.....	31
1.8.3.2 Interpretação da lei penal quanto ao modo.....	31
1.8.3.3 Interpretação da lei processual penal quanto ao resultado.....	32
1.8.3.4 Interpretação analógica.....	33
1.8.3.5 Invocação do Direito Processual Civil (analogia).....	33
1.9 Sistemas processuais penais.....	35
1.9.1 Sistema inquisitório ou inquisitivo.....	35

1.9.2	Sistema acusatório	35
1.9.3	Sistema misto	36
1.9.4	Processo penal brasileiro.....	36

2

NORMA PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO 37

2.1	Conceito e classificações da norma processual penal.....	37
2.1.1	Elementos da norma processual penal.....	37
2.2	Caracteres da norma processual penal.....	40
2.2.1	Norma processual penal no tempo.....	40
2.2.2	Norma processual no espaço	44

3

PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL..... 47

3.1	Conceito	47
3.2	Princípios processuais penais	47
3.3	Garantias constitucionais	50

4

INQUÉRITO POLICIAL..... 53

4.1	Persecução penal.....	53
4.1.1	Conceito de persecução	53
4.1.2	Polícia judiciária	54
4.2	Inquérito Policial	56
4.2.1	Finalidade do inquérito policial	57
4.2.2	Inquéritos extrapoliciais	58
4.2.3	Atribuição do inquérito policial	60
4.2.4	Dispensabilidade do inquérito policial.....	65
4.2.5	Natureza do inquérito policial (características)	65
4.2.6	Incomunicabilidade do indiciado	68
4.2.7	<i>Notitia criminis</i>	69
4.2.8	Início do inquérito policial.....	72
4.2.8.1	Instauração por meio de requisição	72
4.2.8.2	Instauração por meio de requerimento	73
4.2.8.3	Delatio criminis.....	74
4.2.8.4	Requisição do Ministro da Justiça	74

4.2.8.5	Inquérito policial nos crimes de ação penal privada	74
4.2.8.6	Diligências no inquérito policial	75
4.2.8.7	Auto de prisão em flagrante	80
4.2.9	Prazos, relatório e pedido de diligências	80
4.2.10	Encerramento e o arquivamento do inquérito	83

5

AÇÃO PENAL	95
5.1 Conceito de ação penal.....	95
5.2 Condições da ação penal (ou condições de procedibilidade)	96
5.2.1 Legitimidade ad causam.....	97
5.2.2 Interesse de agir.....	99
5.2.3 Possibilidade jurídica do pedido	100
5.2.4 Justa causa	100
5.2-A Pressupostos processuais.....	100
5.3 Classificação da ação penal com base na tutela jurisdicional.....	101
5.4 Classificação subjetiva da ação penal	101
5.5 Ação penal pública incondicionada	101
5.5.1 Princípios da ação penal pública.....	101
5.6 Início da ação penal pública.....	118
5.7 Ação penal pública condicionada.....	121
5.7.1 Legitimidade para representação.....	123
5.7.2 Requisição do Ministro da Justiça.....	126
5.8 Ação penal privada	126
5.8.1 Princípios	127
5.8.2 Legitimidade ad causam e ad processum	128
5.8.3 Prazo para o exercício da ação penal privada	130
5.9 Ação civil	130

6

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....		133
6.1	Jurisdição.....	133
6.1.1	Elementos da jurisdição	134
6.1.2	Conteúdo da jurisdição.....	134
6.1.3	Princípios sobre a jurisdição (iurisdictio).....	134
6.1.4	Classificações.....	137

6.1.5	Características	137
6.2	Competência.....	138
6.2-A	Competência material e competência funcional.....	138
6.2-B	Prorrogação, delegação e desaforamento	138
6.2-C	Definição da competência	139
6.2-D	Juízo comum, especial e subsidiário	140
6.2-E	Competência absoluta e relativa	140
6.2.1	Competência em razão do lugar da infração.....	141
6.2.2	Competência baseada no domicílio do réu (art. 72, caput, do CPP).....	145
6.2.3	Competência pela qualidade do delito (art. 74).....	145
6.2.4	Competência por distribuição.....	156
6.2.5	Competência por prevenção (art. 83 do CPP).....	156
6.2.6	Competência em razão da prerrogativa de função	156
6.2.7	Conexão e continência	160
6.2.7.1	Conexão.....	160
6.2.7.1.1	Conexão intersubjetiva (art. 76, I, do CPP).....	161
6.2.7.1.2	Outras formas de conexão.....	162
6.2.7.2	Continência (art. 77, I e II, do CPP)	164
6.2.7.3	Regras para verificação do juízo com a competência prorrogada (arts. 78 e 79 do CPP).....	166
6.2.7.4	União facultativa dos processos (art. 80 do CPP)....	171
6.2.7.5	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i> (art. 81 do CPP).....	171
6.2.7.6	Avocação dos processos (art. 82 do CPP).....	171
6.2.7.7	Conflito de competência.....	171

7

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES		173
7.1	Questões prejudiciais	173
7.1.1	Classificação	173
7.1.1.1	Questões homogêneas (ou não devolutivas, comuns ou imperfeitas)	173
7.1.1.2	Questões heterogêneas (ou devolutivas ou perfeitas).....	174
7.1.1.2.1	Questão heterogênea (civil) obrigatória (de suspensão) (ou devolutiva absoluta)..	174

	7.1.1.2.2	Questão heterogênea (civil) facultativa (de suspensão)	174
7.2		Exceções	174
	7.2.1	Hipóteses de exceção	175
7.3		Restituição de coisas apreendidas	177
7.4		Medidas assecuratórias	178
	7.4.1	Sequestro	178
	7.4.1.1	Embargos ao sequestro	179
	7.4.2	Especialização da hipoteca legal e arresto	179
	7.4.2.1	A especialização da hipoteca legal	180
	7.4.2.2	Arresto	180
	7.4.2.3	Medidas assecuratórias especiais	180
7.5		Incidente de falsidade	181
7.6		Incidente de insanidade mental do acusado	181

8

PROVA	183
8.1 Teoria geral da prova. Conceito.....	183
8.2 Objetivo (escopo) da prova	184
8.3 Objeto	184
8.3.1 Fatos que independem de prova.....	184
8.3.2 Fatos que dependem de prova	186
8.3.3 Prova do direito (a lei)	187
8.3.4 Prova proibida	188
8.3.4.1 Provas ilícitas	188
8.3.4.2 Teoria dos frutos da árvore envenenada.....	188
8.3.4.3 A prova ilícita por derivação	189
8.3.4.4 Interceptação telefônica	194
8.3.4.5 Provas ilegítimas	210
8.3.5 Inviolabilidade do advogado	211
8.4 Classificação da prova quanto ao objeto.....	212
8.5 Classificação da prova quanto ao seu efeito ou valor.....	213
8.6 Classificação da prova quanto ao sujeito ou causa	214
8.7 Classificação da prova quanto à forma ou aparência	214
8.8 Meios de prova.....	214
8.9 Ônus da prova (art. 156 do CPP)	215
8.10 Procedimento probatório	215

8.11	Prova emprestada	216
8.12	Álibi: (significa “em outra parte”, “em outro local”)	216
8.13	Sistemas de apreciação.....	216
8.14	Princípios gerais das provas	217
8.15	Das provas em geral (arts. 158 ss do CPP)	219
8.15.1	Das perícias em geral e do exame de corpo de delito (arts. 158 a 184 do CPP).....	219
8.15.1.1	Conceito	219
8.15.1.2	Realização da perícia.....	219
8.15.1.3	Exame de corpo de delito (art. 158 do CPP).....	220
8.15.1.3.1	Conceito.....	220
8.15.1.3.2	Lesão corporal e outras hipóteses.....	226
8.15.1.3.3	Exame de corpo de delito direto.....	230
8.15.1.3.4	Exame de corpo de delito indireto	230
8.15.1.3.4.1	Substituição do exame de corpo de delito pela prova testemunhal	231
8.15.1.3.5	Realização do exame de corpo de delito .	231
8.15.2	Do interrogatório do acusado (arts. 185 a 196 do CPP)	232
8.15.3	Confissão (arts. 197 a 200 do CPP).....	240
8.15.3-A	Colaboração premiada ou delação premiada	244
8.15.4	Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 do CPP).....	251
8.15.5	Das perguntas ao ofendido (art. 201 do CPP).....	255
8.15.6	Da prova testemunhal	257
8.15.7	Da acareação (arts. 229 e 230 do CPP).....	266
8.15.8	Dos documentos (arts. 231 a 238 do CPP).....	267
8.15.9	Dos indícios (art. 239 do CPP)	269
8.15.10	Busca e apreensão (arts. 240 a 250 do CPP)	270

9

SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL PENAL.....		275
9.1	Processo e procedimento	275
9.2	Sujeitos principais e secundários.....	275
9.3	Juiz	276
9.4	Partes no processo penal.....	280
9.5	Ministério Público.....	282
9.6	O acusado	283

9.7	Defensor	285
9.8	O ofendido e sua atuação no processo penal: querelante, assistente e objeto da prova	287
9.8-A	“ <i>Amicus curiae</i> ”	289

10

MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS (INCLUINDO PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA)

10.1	Processo cautelar	291
10.1-A	Medidas cautelares pessoais substitutivas da prisão cautelar ...	292
10.1.1	Conceito de prisão	297
10.1.2	Espécies	297
10.1.3	Prisão em flagrante	301
10.1.4	Prisão preventiva	311
10.1.5	Prisão temporária	322
10.1.6	Prisão por decisão de pronúncia	326
10.1.7	Prisão por força de sentença condenatória recorrível	326
10.1.8	Prisão após o julgamento da apelação	329
10.1.9	Prisão domiciliar	330
10.2	Liberdade provisória com ou sem fiança	332
10.2.1	Crimes com a fiança dispensada	333
10.2.2	Crimes com arbitramento de fiança	333
10.2.3	Crimes inafiançáveis	334

11

ATOS PROCESSUAIS – CITAÇÕES E INTIMAÇÕES

11.1	Atos processuais – noções	337
11.2	Citação (arts. 351 a 369 do CPP)	342
11.2.1	Conceito	342
11.2.2	Modalidades	342
11.2.2.1	Citação real e citação ficta	342
11.2.2.2	Citação por mandado (do próprio juízo)	346
11.2.2.3	Citação por carta precatória	346
11.2.2.4	Citação por carta rogatória	347
11.2.2.5	Efeitos da citação	347
11.3	Intimações	348
11.3.1	Intimação pessoal	349
11.4	Revelia	350

12

PROCEDIMENTOS	353
12.1 Introdução.....	353
12.2 Procedimento ordinário	355
12.2.1 Anotações ao procedimento em geral.....	357
12.2.1.1 Atos processuais do procedimento ordinário	357
12.3 Procedimento sumário (arts. 531 a 538 do CPP).....	366
12.4 Procedimento sumaríssimo (art. 394, § 1º, III, do CPP).....	369
12.5 Procedimentos especiais previstos no Código de Pro-cesso Penal	372
12.5.1 Procedimento do júri.....	373
12.5.2 Procedimento dos crimes falimentares	405
12.5.3 Procedimento dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos (arts. 513 a 518 do CPP)	406
12.5.4 Procedimento nos crimes contra a honra (arts. 519 a 523 do CPP).....	408
12.5.5 Procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial (arts. 524 a 530-I do CPP).....	409
12.5.6 Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos (arts. 541 a 548 do CPP)	411
12.6 Procedimentos previstos na legislação especial	412

13

SENTENÇA	413
13.1 Teoria geral da sentença.....	413
13.1.1 Classificação dos atos judiciais	413
13.1.2 Requisitos formais da sentença.....	414
13.1.3 Sentença absolutória	415
13.1.4 Sentença condenatória.....	417
13.1.5 Correlação entre a denúncia e a condenação (princípio da correlação)	418
13.1.5.1 <i>Emendatio libelli</i> (art. 383 do CPP).....	419
13.1.5.2 <i>Mutatio libelli</i> (art. 384 do CPP)	420
13.1.6 Pedido de absolvição do MP.....	425
13.1.7 Sentença terminativa de mérito.....	425
13.1.8 Sentença concessiva do perdão judicial	426
13.1.9 Ausência de condição objetiva de punibilidade e escusas absolutórias.....	426

13.1.10	Publicação da sentença	427
13.2	Coisa julgada	430

14

RECURSOS	433
14.1 Teoria geral dos recursos	433
14.2 Recurso em sentido estrito (Rese).....	451
14.2-A Agravo de instrumento	460
14.3 Apelação	460
14.4 Embargos infringentes e de nulidade (art. 609, parágrafo único, do CPP) e embargos declaratórios	470
14.5 Carta testemunhável (arts. 639 a 646 do CPP).....	473
14.6 Correição parcial	473
14.7 Recurso especial.....	475
14.8 Recurso extraordinário	482
14.9 Recurso ordinário constitucional (ROC)	486
14.9-A Agravo regimental.....	487
14.10 Ações de impugnação	487
14.10.1 Revisão criminal	488
14.10.2 <i>Habeas corpus</i>	491
14.10.3 Mandado de segurança criminal.....	497
14.10. Reclamação.....	501
14.10.1 Suspensão da segurança	502

15

NULIDADES.....	503
15.1 Introdução.....	503
15.2 Conceito de nulidade.....	503
15.2.1 Natureza jurídica	503
15.3 Sistema de nulidades.....	504
15.4 Classificação dos atos processuais	509
15.4.1 Ato inexistente	509
15.4.2 Ato nulo	511
15.4.2.1 Nulidade absoluta e relativa.....	511
15.4.3 Ato anulável.....	514
15.4.4 Ato irregular.....	514
15.4.5 Classificação segundo a jurisprudência (prática)	514

15.4.6	Hipótese	515
15.4.6.1	Carta precatória	515
15.5	Inadmissibilidade da revisio pro societate.....	515
15.6	Momento de arguição e preclusão	515
15.6.1	Nulidade relativa: hipóteses e momento de arguição	515
15.7	O princípio pas de nullité sans grief.....	518
15.8	Nulidades em espécie (art. 564 do CPP)	518
15.8.1	A incompetência, a suspeição ou suborno do juiz (art. 564, I, do CPP).....	518
15.8.2	A ilegitimidade de parte (art. 564, II, do CPP).....	519
15.8.3	Falta de fórmulas ou dos termos (art. 564, III, do CPP).....	520
15.9	Vedação da admissão da nulidade	531
15.10	Saneamento e efeitos.....	532

16

PROCESSO DE EXECUÇÃO	535
16.1 Escopo da execução penal	535
16.2 Requisitos para a execução da pena	535
16.3 Natureza do processo de execução.....	535
16.4 Princípios do processo de execução penal.....	536
16.5 Competência da execução penal	537
16.6 Cumprimento da pena privativa de liberdade	538
16.7 Guia de recolhimento	541
16.8 Regime de pena e progressão.....	541
16.8.1 Prisão albergue domiciliar.....	557
16.8.2 Regressão de regime.....	557
16.9 Livramento condicional (arts. 83 a 90 do CP).....	558
16.10 Autorização de saída.....	558
16.11 Remição	560
16.12 Detração	562
16.13 Penas restritivas de direito.....	563
16.14 Multa.....	563
16.15 Medidas de segurança.....	565
16.16 Incidentes da execução.....	566
16.17 Agravo em execução.....	566
BIBLIOGRAFIA	569